

Especulação ameaça áreas verdes de São Sebastião e Ilhabela

Construções irregulares põem em risco áreas preservadas; 19 imóveis já foram demolidos

JOBSON LEMOS

ILHABELA – Loteamentos e construções em São Sebastião e Ilhabela, no litoral norte, põem em risco regiões de preservação e diminuem e alteram a cobertura vegetal mês após mês. De acordo com dados da Polícia Florestal, apenas em junho a ilha teve 63 mil metros quadrados atingidos pela ação do homem. Num sobrevôo pela região de São Sebastião, é possível observar clareiras abertas em meio à floresta – mesmo em áreas do Parque Estadual da Serra do Mar.

A pressão do mercado imobiliário é a principal responsável pelas agressões ao meio ambiente. “Geralmente é para limpeza e construção”, afirma o comandante do policiamento florestal em São Sebastião e Ilhabela, tenente Jamir David Júnior. Ilhabela possui um território de 348 mil metros quadrados, sendo que 228 mil formam o Parque Estadual de Ilhabela.

Em abril de 1999, o Estado, numa série de reportagens sobre a situação das áreas de preservação no litoral norte, já mostrava a situação. Estradas abertas no parque, loteamentos irregulares, extração de palmito e caça clandestina eram os principais problemas.

Hoje, isso pouco mudou. Em São Sebastião, a determinação da prefeitura de conter o avanço da área urbana fez demolir, neste ano, 19 imóveis que estavam sendo construídos de forma irregular. “Vamos adotar tolerância zero”, garante o prefeito Paulo Julião (PSDB). A despeito de sua determinação, as placas de “vende-se” estão visíveis nas áreas protegidas. Nos bairros onde existe o problema, o número de casas de material de construção é enorme. A pressão imobiliária, no entanto, não incomoda Julião. Ele acredita que, ao expulsar os moradores que constroem casas irregulares, outros interessados em terrenos na região terão menos interesse em arriscar-se a perder os imóveis.

Flagrante – Em Ilhabela, apenas na semana passada, a Polí-

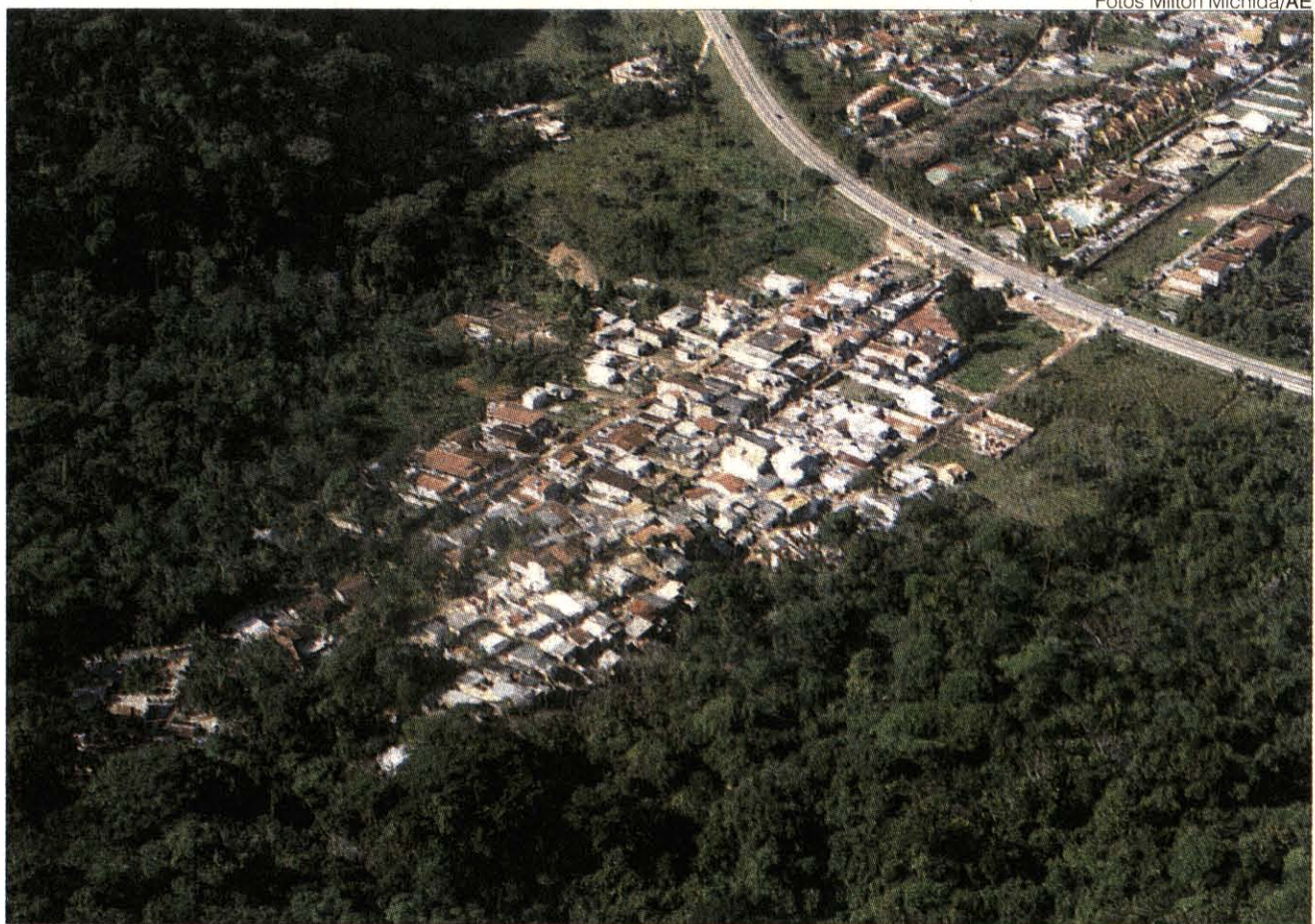
cia Florestal flagrou cinco pessoas que tentavam delimitar terrenos dentro da área do parque. No Morro da Cruz, três homens foram flagrados. Eles colocavam mourões feitos de troncos de eucalipto para depois passar arame farpado. Disseram aos policiais que o terreno pertencia a eles, mesmo estando dentro da área protegida.

Em Castelhanos, outros dois homens foram apanhados nas mesmas circunstâncias. Tentavam demarcar uma área. Com eles, havia mourões feitos de árvores nativas.

Dias depois, guardas do parque localizaram uma barraca que começava a ser construída no Jabaquara, dentro da área preservada. Eles a destruíram e apreenderam todo o material que estava ali. A forma de agir dos posseiros é quase sempre a mesma: primeiro, fazem uma pequena barraca. Começam em seguida a desmatar em volta para abrir espaço para que se construa um imóvel maior.

No sábado, policiais encontraram o dono de um terreno que retirou árvores e grama da margem do Córrego do Poço, em Costa Bela. Essa extração é proibida em todo o País. Não se pode desmatar ou construir a menos de 30 metros do curso de água. O caseiro José Maria Góes, de 53 anos, alegou não saber disso. Para construir sua pequena casa de blocos de concreto, ele deu uma distância de 22 metros do córrego e cortou toda a vegetação.

“Isso sempre esteve assim”, tentou argumentar com os policiais. Ao redor, entretanto, podia-se ver tocos de troncos finos de árvores jovens cortados a facão. Metros adiante, em uma margem e outra do córrego, a vegetação estava intacta. Farta e exuberante. O policial apontou todas essas coisas e, diante disso, Góes calou-se.



Fotos Milton Michida/AE

Vista aérea da Vila Baiana, na Barra do Saí, município de São Sebastião: ocupação urbana avança pela área de mata nativa com construção de casas



Clareira no Parque Estadual da Serra do Mar, em São Sebastião: sobrevôo revela degradação



Duas das casas que foram demolidas na Vila Baiana

PREFEITO PROMETE 'TOLERÂNCIA ZERO'